

LUÍS EDUARDO SIMARDI FERNANDES

PODERES  
DO JUIZ E  
EFETIVIDADE  
DA EXECUÇÃO  
CIVIL

TERESA ARRUDA ALVIM

**EDC**   
EDITORA DIREITO  
CONTEMPORÂNEO

2022

## Editora Direito Contemporâneo

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>Sócios fundadores</b>        | Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim |
| <b>Diretor Comercial</b>        | Rafael Arruda Alvim Pinto   |
| <b>Diretor de conteúdo</b>      | Felipe Toledo Moreira   |
| <b>Editora</b>                  | Cristiane Faria   |
| <b>Capa e Produção gráfica</b>  | Microart Design Editorial   |
| <b>Revisão</b>                  | Juliana De Cicco Bianco   |
| <b>Impressão e encadernação</b> | Geo-Gráfica e Editora Ltda.   |

© desta edição [2022]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 07.01.2022

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fernandes, Luís Eduardo Simardi

Poderes do juiz e efetividade da execução civil / Luís Eduardo Simardi Fernandes. – Curitiba : Editora Direito Contemporâneo, 2022.

Bibliografia

ISBN 978-65-991301-4-4

1. Juiz - Poderes 2. Execuções (Direito) – Brasil I. Título.

21-92180

CDU-347.952(81)

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Execução : Processo civil 347.952(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

**EDC**  
  
 EDITORA DIREITO  
 CONTEMPORÂNEO

Editora Direito Contemporâneo  
 Av. Rep. Argentina, 1226, sala 812 – Água Verde  
 Curitiba – PR – CEP 80240-200

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS .....   | 5   |
| PREFÁCIO – TERESA ARRUDA ALVIM.....                                  | 9   |
| 1. INTRODUÇÃO.....   | 17  |
| 2. ACESSO À JUSTIÇA.....   | 25  |
| 2.1 Tutela jurisdicional.....  | 31  |
| 2.1.1 Efetividade e seus obstáculos.....                             | 33  |
| 2.2 Razoável duração do processo.....                                | 36  |
| 2.2.1 Razoável duração da execução.....                              | 41  |
| 2.3 A pacificação social.....  | 45  |
| 3. OS PODERES DO JUIZ.....   | 49  |
| 3.1 Ampliação (e limitação) dos poderes do juiz no processo civil .. | 57  |
| 3.2 Poder dispositivo e inércia da jurisdição.....                   | 63  |
| 3.3 Imparcialidade .....   | 66  |
| 3.4 Fundamentação das decisões judiciais .....                       | 68  |
| 3.5 Classificação dos poderes do juiz.....                           | 70  |
| 3.5.1 Poderes do juiz em sede de execução .....                      | 71  |
| 3.6 Poderes do juiz e medidas executivas nos países europeus .....   | 75  |
| 3.6.1 Inglaterra .....   | 76  |
| 3.6.2 Alemanha .....   | 82  |
| 3.6.3 França.....  | 88  |
| 3.6.4 Portugal.....  | 95  |
| 3.7 Análise crítica diante da realidade forense brasileira .....     | 103 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 4.    | A EXECUÇÃO.....   | 111 |
| 4.1   | Objetivos: satisfação e pacificação social.....   | 112 |
| 4.2   | A disciplina em separado da execução do título judicial e do título extrajudicial e a adoção das medidas atípicas ..... | 113 |
| 4.3   | O juiz diante da resistência ao cumprimento das ordens judiciais .....  | 118 |
| 4.4   | A crise da execução .....   | 123 |
| 4.4.1 | O custo econômico da ineficiência da atividade executiva .....  | 126 |
| 5.    | MEDIDAS EXECUTIVAS .....  | 131 |
| 5.1   | Considerações iniciais.....   | 132 |
| 5.2   | Execução por sub-rogação e execução por coerção.....  | 135 |
| 5.2.1 | Execução por sub-rogação .....  | 136 |
| 5.2.2 | Execução por coerção .....  | 138 |
| 5.3   | Medidas executivas típicas .....  | 143 |
| 5.3.1 | Medidas típicas na execução de obrigação pecuniária .....   | 144 |
| 5.3.2 | Medidas típicas nas outras modalidades de execução.....   | 146 |
| 5.4   | Medidas executivas atípicas .....   | 150 |
| 5.4.1 | Medidas atípicas na execução de prestação pecuniária....  | 159 |
| 5.4.2 | Medidas atípicas nas demais modalidades de execução ..  | 163 |
| 5.5   | Possibilidade de cumulação de medidas executivas .....  | 164 |
| 6.    | O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE E AS MEDIDAS EXECUTIVAS .....  | 169 |
| 6.1   | Os negócios jurídicos processuais .....   | 177 |
| 6.2   | Negócios jurídicos processuais na execução.....   | 183 |
| 6.2.1 | Negócios jurídicos processuais sobre medidas executivas .....   | 189 |
| 6.2.2 | Limites.....  | 194 |
| 6.3   | Medidas indutivas atípicas, um caminho a ser explorado .....  | 200 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 6.3.1   | Sugestões de medidas indutivas atípicas .....   | 206 |
| 6.3.1.1 | Parcelamento no cumprimento de sentença.....  | 206 |
| 6.3.1.2 | Desconto sobre o valor devido.....  | 208 |
| 6.3.1.3 | Desconto nos honorários advocatícios.....   | 210 |
| 7.      | O ARTIGO 139, IV, DO CPC.....   | 213 |
| 7.1     | Segurança jurídica e previsibilidade .....  | 215 |
| 7.2     | Discussão sobre a constitucionalidade .....   | 217 |
| 7.3     | Limites e requisitos para aplicação das medidas executivas atípicas.....  | 220 |
| 7.3.1   | A dignidade da pessoa humana.....   | 223 |
| 7.3.2   | Contraditório na aplicação das medidas atípicas.....  | 228 |
| 7.3.3   | Fundamentação para aplicação das medidas atípicas.....  | 238 |
| 7.3.4   | Proporcionalidade e razoabilidade.....  | 243 |
| 7.3.4.1 | Adequação .....   | 248 |
| 7.3.4.2 | Necessidade .....   | 250 |
| 7.3.4.3 | Proporcionalidade em sentido estrito.....   | 251 |
| 7.3.5   | Princípio da menor onerosidade .....  | 253 |
| 7.3.6   | Inadimplemento voluntário .....   | 257 |
| 7.3.6.1 | O ônus probatório.....  | 264 |
| 7.3.7   | Ineficiência das medidas típicas .....  | 266 |
| 7.3.8   | Impossibilidade de adoção de medidas que comprometam o exercício da profissão pelo executado.....                                     | 271 |
| 7.4     | Possibilidade de controle da decisão.....   | 273 |
| 7.5     | Fixação das medidas executivas atípicas de ofício .....   | 275 |
| 7.6     | Proposta de <i>lege ferenda</i> : inclusão no diploma processual de parâmetros mínimos para aplicação do artigo 139, IV, do CPC ..... | 279 |
| 8.      | ANÁLISE SOBRE ALGUMAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS .....   | 289 |
| 8.1     | Medidas descabidas.....   | 290 |
| 8.1.1   | A prisão como medida atípica .....  | 290 |
| 8.1.2   | Suspensão do Passaporte do executado.....   | 294 |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 8.1.3 | Suspensão de CPF ou CNPJ.....                            | 301 |
| 8.1.4 | Cancelamento ou suspensão de uso cartão de crédito ..... | 302 |
| 8.1.5 | Corte de água e energia elétrica.....                    | 306 |
| 8.2   | Medidas admissíveis.....                                 | 309 |
| 8.2.1 | Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação.....       | 310 |
| 8.2.2 | Suspensão de brevê e arrais.....                         | 315 |
| 8.2.3 | Proibição de contratar com o Poder Público .....         | 316 |
| 8.2.4 | Multa coercitiva atípica.....                            | 320 |
| 8.2.5 | Intervenção na pessoa jurídica devedora.....             | 322 |
| 9.    | CONCLUSÕES.....  | 325 |
| 10.   | REFERÊNCIAS.....   | 333 |